

O desafio plebiscitário à ordem institucional pós-1988: as perspectivas autoritária e democrática

*The plebiscitary challenge to the post-1988 institutional order: the
authoritarian and democratic perspectives*

CARLOS SAVIO G. TEIXEIRA

RESUMO

Este artigo analisa a emergência do bolsonarismo na política brasileira, tomando-a como expressão de uma reação, à direita, à ordem institucional erigida após a promulgação da Constituição de 1988. Na primeira seção, examina as razões intelectuais da dificuldade de compreensão do movimento que levou um agente periférico de nossa vida institucional ao centro da política do país. Na seção seguinte, descreve as consequências da natureza errática das interpretações de todo esse processo, ainda em curso, oferecendo também explicações sobre a nossa dinâmica institucional. E, por fim, na terceira seção, apresenta uma alternativa de reorganização institucional, baseada em uma perspectiva plebiscitária democratizadora, cujo conteúdo e sentido se opõem tanto ao bolsonarismo e seu *ethos* autoritário, como ao *status quo* anterior, que podemos classificar de a nossa “social-democracia” de fachada.

Palavras-chave: Plebiscitarismo, Bolsonarismo, Nova República.

ABSTRACT

This article analyzes the emergence of Bolsonaroism in Brazilian politics taking it as an expression of a reaction, on the right, to the institutional order erected after the promulgation of the 1988 Constitution. The first section examines the intellectual reasons behind the difficulty of understanding the movement that brought a peripheral agent of Brazilian institutional life to the center of national politics. The following section describes the consequences of the erratic nature of the interpretations of this whole process, which is still ongoing, and also offers explanations about our institutional dynamics. Finally, the third section presents an alternative to institutional reorganization based on a democratizing plebiscitary perspective, whose content and meaning are opposed both to Bolsonaroism and its authoritarian ethos, and to the previous status quo which we can classify as our facade “social democracy”.

Keywords: Plebiscitarism, Bolsonaroism, New Republic

INTRODUÇÃO

Jair Bolsonaro é a maior surpresa de nossa história política republicana. A sua candidatura presidencial, a sua vitória, o que tem sido o seu governo até agora e a sua possibilidade de reeleição formam um conjunto de acontecimentos que transitam do ineditismo ao chocante. Conhecido por sua atuação parlamentar pautada pela defesa da ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, pela luta por interesses corporativos amesquinçados relacionados ao estamento militar e, mais recentemente, por embates ideológicos que tratam de temas com forte acento moral, a ascensão do ex-capitão do Exército carrega múltiplos significados e resulta de inúmeras causas. Um dos aspectos relevantes desse processo é o seu apelo a um estilo que se permite identificar com o plebiscitarismo.

O “mito”, como passou a ser ovacionado o então deputado federal durante o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foi eleito presidente afirmando que seu governo poria fim ao “toma lá, dá cá”. Em sua narrativa, essa prática caracteriza o sistema político brasileiro, particularmente o nosso tipo de regime presidencialista. Relacionado a um conjunto de outros dispositivos institucionais como o sistema eleitoral e o regime federativo, esse sistema requereria do presidente a formação de uma coalizão partidária no parlamento para governar. Na perspectiva bolsonarista, o presidencialismo de coalizão é um de nossos maiores problemas, já que sua lógica de permanente negociação entre presidente e congresso gera a oportunidade para a corrupção (o “toma lá, dá cá”).

Além dessa circunstância, o próprio arranjo institucional do nosso sistema de governo é percebido como um obstáculo ao processamento político das demandas reais da sociedade. Assim, o presidencialismo de coalizão é compreendido como dominado por interesses restritos da elite política em franco contraste com os interesses amplos da sociedade. Em um contexto que combinava crise econômica e política com polêmicas que alimentam guerras culturais, a lógica plebiscitária fazia-se presente com cada vez mais intensidade na dinâmica sociopolítica de nossa sociedade. Foi ela que pavimentou o caminho do ex-militar, expulso do Exército, ao cargo de primeiro mandatário da República.

A eleição de Bolsonaro e o seu governo representam uma reação de direita, contundente e sem rodeios, à ordem institucional da chamada Nova República. O marco e o eixo do arranjo que organizou o país após a redemocratização foi o da Constituição de 1988. Alcinhada de Cidadã, jamais cumpriu a promessa de enfrentar os graves problemas estruturais herdados da ditadura militar — e mais amplamente de nossa história nacional. Em três domínios específicos essa ordem institucional é muito precária: econômico, político e social.

Na dimensão econômica o país experimentou três grandes processos ruinosos. Baixíssimo crescimento, desindustrialização e declínio da produtividade — com exceção ao núcleo moderno da agropecuária. Na dimensão política, tivemos a consolidação do presidencialismo de coalização, com o predomínio, até 2018, de três partidos, PT, PSDB e PMDB, num regime marcado pela presença de um Estado incompetente, um regime federativo incapaz e um crescente incremento da interferência do Poder Judiciário na vida social e política (mas omissos na economia, consentâneo com a sua mediocridade). E na dimensão social a ascensão da ideia falsa de “inclusão” sem alteração do fulcro causal da exclusão, a nossa indecente desigualdade.

Passados quase dois anos de governo, sua agenda reformista ficou, finalmente, discernível. Na esfera econômica, foram aprovadas duas reformas estruturais que modificaram estatutos de regulação socioeconômica: a legislação trabalhista e a previdenciária. A orientação de ambas as reformas foi a de adequar o país ao formulário ideológico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja aplicação jamais rendeu os resultados em nome dos quais é praticada. O debate público no Brasil sobre estas questões de grande importância estrutural e institucional é balizado por duas posições muito insuficientes. De um lado, os neoliberais que apontam com parcial razão a inadequação dos arranjos existentes nesses dois domínios, mas propõem reformas que desconsideram o aumento das desigualdades e cujos resultados não sustentam os seus pressupostos. De outro, os defensores do “direito adquirido”, que se apresentam impotentes e incapazes de propor mudanças que garantam a adequação dos princípios que defendem à realidade alterada pela dinâmica histórica. Suas posições são invariavelmente a de ser contra as propostas da direita, mas quase nunca a de apresentar uma proposta de reforma¹.

Sob este diapasão, a reforma trabalhista — que já havia sido iniciada no governo Michel Temer — foi implementada para dar “flexibilidade” às relações entre capital e trabalho, um eufemismo para desregular a relação em favor do empresariado. O mesmo ocorreu com a reforma da previdência — necessária em função da transição demográfica do país, cujo ônus, no entanto, recaiu exclusivamente sobre os trabalhadores. Essa última em particular foi sempre apresentada pela elite brasileira, com sua conhecida dificuldade de forjar um projeto nacional e fixada desde sempre na ideia de ajuste fiscal (na vã suposição de que ela pudesse fazer as vezes do projeto inexistente), como o principal mecanismo para atração de investimentos estrangeiros. Nesta perspectiva mercantilista, o capital que vem de fora é entendido como a tábua de salvação nacional. A expectativa não se cumpriu, e os grandes

¹ Este estado de espírito “conservador” de quem se considera progressista foi analisado por Albert Hirschman (1992) em seu livro *The Rhetoric of Reaction*, onde investigou os principais argumentos desenvolvidos pelos conservadores para se oporem às mudanças. Mas em seu capítulo sexto, a obra revela que muitos dos mesmos expedientes retóricos reacionários são mobilizados pelo que ele chama de “retórica progressista”, também contra mudanças. Este é particularmente o caso do Partido dos Trabalhadores durante os seus treze anos à testa do Estado nacional brasileiro, onde nenhuma transformação na legislação trabalhista foi realizada pelo partido que se notabilizou por sempre criticar ferrenhamente a legislação trabalhista brasileira. A única mudança neste período foi o reconhecimento legal das centrais sindicais, que já existiam. E note-se que cerca de metade dos trabalhadores no Brasil estão na informalidade, sem amparo do direito trabalhista. E uma parte considerável dos trabalhadores formalizados são precarizados.

meios de comunicação junto aos agentes do financismo que fizeram enorme campanha pela reforma deixaram de tratar do assunto, muito antes da crise do coronavírus².

Na dimensão política, o cenário tem sido o da custosa tentativa de romper com o presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018). O presidente testou o seu sonho de retorno ao regime autoritário, nostálgico da ditadura no bojo da qual se formou como militar, mas não encontrou respaldo nas Forças Armadas e nem em setores importantes da classe dominante que foram decisivos em 1964 para o desfecho golpista. Para além do fato de a teia de interesses e ideais no país em 64 ser muito menos complexa e heterogênea do que hoje, a própria elite está politicamente dividida, como revela a luta intestina entre o governo e a Rede Globo. E na dimensão social ocorreu um movimento de resignificação, substituindo o discurso da “inclusão” pela defesa de valores morais vinculados a setores tradicionais da sociedade brasileira, irritados com as pautas do cosmopolitismo “bem pensante”.

Este artigo examina três questões suscitadas pela irrupção do fenômeno bolsonarista na política brasileira. Primeiro, debruça-se sobre as razões intelectuais da dificuldade de compreensão do movimento que levou um personagem folclórico de nossa vida institucional à principal posição política do país. Em seguida, descreve as consequências da natureza errática das análises de todo esse processo, ainda em curso, oferecendo também explicações sobre a nossa dinâmica institucional. E, por fim, apresenta indicações de uma alternativa de reorganização institucional, baseada em uma perspectiva plebiscitária, cujo conteúdo programático representa uma dupla alternativa: ao autoritarismo bolsonarista e ao regime da subcidadania da Nova República — a nossa “socialdemocracia” de impostura.

AS RAZÕES DA DIFICULDADE DE COMPREENSÃO DO DESAFIO BOLSONARISTA³

A reflexão política é uma das práticas analíticas mais longevas na história que conhecemos. Nascida na Grécia antiga e exercida então como um ramo da Filosofia, só veio a consolidar-se como ciência no século XX, tornando-se a mais jovem dentre as ciências

² Para uma análise abrangente do processo de constituição da institucionalidade trabalhista no Brasil, acompanhada de uma discussão acerca de proposta que ultrapassa as perspectivas neoliberal e a do “direito adquirido”, ver Ceia (2015).

³ Esta parte do texto foi publicada originalmente, com pequenas diferenças, na Coluna ANPOF, hospedada no sítio eletrônico da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, em 28 de abril de 2020, no artigo “Bolsonaro: um desafio à filosofia política”, disponível em <<https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/bolsonaro-um-desafio-a-filosofia-politica>>.

sociais. Desenvolveu-se tendo como uma de suas principais premissas o esforço para revelar a racionalidade presente nas formas de organização política das sociedades. O seu axioma fundamental tem sido o de que a realidade é sempre, de alguma forma, racional, cabendo aos cientistas políticos explicar a natureza de ambas, a realidade e sua racionalidade. Uma versão tácita do hegelianismo de direita.

A partir da segunda metade do século XX, esse campo de saber passou a sofrer uma influência avassaladora da academia norte-americana, de tal maneira que se pode defini-la como uma disciplina praticamente estadunidense, onde duas ideias são predominantes metodológica e normativamente, com grau de articulação crescentemente intenso entre elas: a teoria da escolha racional e o redistributivismo compensatório resultante da teoria da justiça de Rawls. A partir dos anos 1990, depois da queda do muro de Berlim, a sombra já esmaecida de outro tipo de organização econômica e política ao tipo representado pela combinação de economia de mercado e democracia representativa, tal como praticado nos EUA, desapareceu. Parecia que ciência e política haviam se encontrado num casamento difícil de ser desfeito, cujo significado concreto foi o estabelecimento do horizonte ideológico que se pode chamar de neoliberalismo social democrata: sociedades cheias de desigualdades dominadas por discursos de preocupação social — mas totalmente impotentes para enfrentar o fulcro causal (a distribuição original das vantagens econômicas e educacionais) daquelas desigualdades⁴.

Essa circunstância se desenrolava sob o controle da dialética entre o baixo nível de expectativas intelectuais e o reduzido nível de expectativas políticas, sem perturbações não assimiláveis, até meados da década de 2010. A partir de então, surgiram movimentos de opinião (sob o forte incremento das novas tecnologias de comunicações) que levaram à formação de uma maioria eleitoral nos EUA, na Europa e por fim no Brasil, a qual, insurgindo-se cansada das promessas irrealizadas pelo acordo neoliberal social democrata, abraçou representantes e projetos de extrema direita. Abriu-se uma espécie de clareira entre a compreensão da realidade pelas lentes de maiorias irritadas com sua situação de

⁴ No Brasil as ciências sociais têm inúmeras manifestações de adesão a essa perspectiva que estratifica visões sobre a política, a vida institucional e a própria ciência, importadas da academia do Atlântico Norte. Delas se extrai um ideário apequenado sobre as possibilidades de transformação da sociedade e um conseqüente rebaixamento de expectativas em relação, por exemplo, às políticas públicas. Uma expressão notável desse exercício pode ser encontrada no livro *As Políticas da Política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*, organizado por cientistas políticos dedicados às análises de políticas públicas, num esforço de defesa intelectual, em um estilo tecnocrático requintado, daquilo que pode ser considerado criticamente como o regime brasileiro da subcidadania (ARRETCHE, MARQUES E FARIA, 2019).

subcidadania persistente e o aparato explicativo dominante — e em grande medida justificador — da ordem social. E assim a racionalidade mobilizada para a análise de eventos políticos foi sendo decisivamente abalada.

Como a filosofia política contemporânea (em sua dimensão normativa) e a ciência política (em sua dimensão teórico-metodológica) são predominantemente norte-americanas, sofrem de um defeito causado pela ideologia dominante dos EUA, segundo a qual no ato de fundação da república americana uma sociedade sem classes fora criada. Esse incrível dogma tem implicações não apenas para a formação da identidade nacional daquele país, mas também nos contornos intelectuais: o tema da desigualdade de classes e todos os seus corolários analíticos nunca ganhou centralidade nos EUA — que é o país mais desigual dentre os mais desenvolvidos. Esse déficit impõe evidentes lacunas não só à compreensão sociológica da ordem social, mas também ao campo das análises dedicadas à esfera política institucional. É o caso da aferição da racionalidade específica de classes e suas frações em contextos como o de países extremamente desiguais como são EUA e Brasil⁵.

A inesperada vitória de Donald Trump na eleição presidencial dos EUA em 2016, onde erros acintosos de análise do processo eleitoral apontavam a vitória da candidata derrotada Hilary Clinton, tida como franca favorita até o dia da apuração, é um exemplo notável do limite analítico da teoria da escolha racional aplicada a processos eleitorais. Depois da vitória de Trump, muitos analistas insistiram, sem dar a mão à palmatória, que a transposição de seu estilo como candidato para o exercício presidencial seria a sua ruína. Essas análises partem de um pressuposto que a vida social é conduzida por instituições que funcionariam numa espécie de “piloto automático”.

No Brasil, o fenômeno Bolsonaro tem representado também um duro golpe na ciência política. Três teses centrais foram derrubadas até agora: 1) a de que um candidato à presidência sem capitais como tempo de TV e base partidária jamais alcançará a vitória; 2) a de que sem a formação de uma base partidária no Congresso a governabilidade não se sustenta; 3) a de que o apelo ao apoio direto de parte da sociedade, introduzindo uma lógica

⁵ Na dimensão da análise política, uma das consequências causada pelo tipo de “fantasia” presente na tese da suposta excepcionalidade americana é uma dupla sedução: por um lado, a de se supor uma grande autonomia da institucionalidade política em relação à estrutura da sociedade e, por outro, se supor um domínio quase absoluto de uma racionalidade econômica curta como base para as opções políticas e eleitorais dos cidadãos. Na dimensão da análise social, uma das confusões mais notáveis nos EUA é a que trata desigualdade racial — e, mais recentemente, até de gênero — como antecedente à desigualdade da estrutura de classes. Essas distorções analíticas cobram alto preço na descrição e compreensão da realidade.

de mobilização extrainstitucional no exercício governamental, gera crise com desfecho traumático para o presidente⁶.

Nem mesmo o contexto de total descrédito do sistema político brasileiro fez os analistas desconfiarem da possibilidade de novidade. Eles não levaram a sério, inclusive, a barulhenta manifestação de impaciência de parte da sociedade brasileira cinco anos antes da eleição de Bolsonaro. Em 2013, a primeira contestação à institucionalidade brasileira pós-democratização foi manifesta: protestos inicialmente dirigidos à questão do transporte público, cuja relação perversa de preço alto e qualidade baixa é cotidianamente sentida principalmente pelas classes populares, e que logo foram colonizados pelo grande avatar da cultura política nacional, “o combate à corrupção”. Em 2014, às vésperas da eleição presidencial, foi iniciada uma grande operação envolvendo o Ministério Público Federal (MPF), o Poder Judiciário e a Polícia Federal, provocando uma explosão de escândalos revelados à exaustão pelos meios de comunicação mais relevantes, com desdobramentos até 2018.

Esse processo acabou saindo do controle faccioso a que estava submetido e, em escala inédita em termos de intensidade, alcançou a população brasileira já exausta diante da secular e insistente incapacidade do sistema político de enfrentar de forma satisfatória uma das maiores desigualdades entre todas as sociedades contemporâneas, cuja expressão inequívoca está nos serviços públicos de péssima qualidade prestados principalmente às classes populares. Em associação moralista e confusa, passou-se a vincular genericamente a condição de subcidadania da maioria dos brasileiros, desde sempre naturalizada, à “roubalheira geral”. Disso ao voto no ex-capitão do Exército foi um pequeno passo⁷.

⁶Após o impeachment da presidente Dilma, uma boa parte dos analistas políticos previu que a tão almejada “estabilidade” havia finalmente sido alcançada: afinal, assumira o comando do país um especialista com larga experiência em negociações e transações políticas, tendo o Congresso como epicentro do processo. Para surpresa geral, Michel Temer não conseguiu aprovar a tão venerada pelo *establishment* reforma da previdência. A proeza coube ao governo Bolsonaro, desestabilizador da república, que sem maiores dificuldades mudou as regras previdenciárias, adequando-as às prescrições do financismo fiscalista.

⁷ A maioria esmagadora de analistas — formada por cientistas políticos, sociólogos, filósofos, economistas, jornalistas, estrategistas de campanha eleitorais e marqueteiros —, assim como os principais candidatos à presidência, afirmava que as chances de Bolsonaro sagrar-se vencedor eram inexistentes, agora não mais somente pela falta de tempo de TV e base partidária, mas também pelo tipo de discurso do candidato e suas dificuldades culturais e cognitivas, embaladas por uma personalidade disruptiva. Uma raríssima exceção foi Maurício Moura, diretor do Instituto de Pesquisa Ideia Big Data, que em fevereiro de 2018, portanto antes da definição das candidaturas presidenciais do pleito que ocorreria em outubro, previu com base em argumentos lógicos e bem fundamentados empiricamente não somente a possibilidade de vitória de Bolsonaro, como sua probabilidade se a disputa viesse a ocorrer entre o defensor da ditadura militar e um candidato do PT (Ver, *El País*, 19/02/2018). No ano seguinte, Moura

Muitos estudos eleitorais tendem a encarar as eleições como um plebiscito sobre o governo incumbente. Esta tese goza de muita influência sobre os atores políticos e ajuda a orientar as estratégias eleitorais de partidos e candidatos. Esse parece ter sido o caso da avaliação do PT e de Lula na definição de seus passos na eleição presidencial de 2018. Informados por cientistas políticos, imaginaram que a eleição seria um plebiscito acerca do governo Temer, supondo que a maioria dos eleitores tinha, enfim, entendido o verdadeiro sentido do “golpe” contra Dilma. Não perceberam que a eleição se desenhava como um plebiscito, mas com sentido completamente diferente: a questão principal não era a avaliação do governo moribundo de Temer e sim sobre a volta do PT ao poder central. E a maioria dos brasileiros revelou estar disposta a eleger um tipo como Bolsonaro para evitar o retorno petista.

Após a consistente vitória de Bolsonaro, alcançada em dois turnos, a racionalidade dominante que já havia sido desmoralizada nos EUA dois anos antes experimentava uma perplexidade tal que a levava a errar ainda mais nas tentativas de explicar o seu próprio fracasso, atribuindo o sucesso de Bolsonaro nas urnas ora à facada que o vencedor sofrera durante a campanha, ora à disseminação de *fake news* durante o processo eleitoral, ambas as teses mal disfarçando o preconceito com a maioria do eleitorado, considerado culturalmente incapaz e presa fácil de manipulações⁸. Mas o pior é que essa prática “analítica” era agora estendida às previsões acerca do futuro governo. Muitos apostavam na incapacidade do ex-deputado para se adaptar às exigências que o cargo impõe, assim como na impossibilidade de realizar suas imprecisas promessas de campanha, já que teria enormes dificuldades para formar um “governo de coalizão”.

O governo Bolsonaro vem praticando um estilo em completo desalinhamento com os padrões convencionais de ação política institucional, inspirado numa lógica plebiscitária, que tem gerado muitas confusões e crises. Essas, porém, não tiveram o poder de forçar o presidente a reorientar seu modo de operação, embora tenha, momentaneamente, arrefecido sua hostilidade aos outros Poderes e estabelecido pontes com o chamado Centrão no Congresso Nacional. No fundo, sua *anormalidade funcional* acabou ajudando a consolidar, de um lado, a percepção, no presidente e em seu círculo mais próximo, de que esse arranjo

publicou, em parceria com um colega, um livro sobre a eleição de Bolsonaro (MOURA E CORBELLINI, 2019).

⁸ As teses elitistas que desmerecem a racionalidade das pessoas comuns, consideradas culturalmente débeis, são compartilhadas por autores de orientações teóricas e inclinações políticas bastante díspares como Theodor Adorno e Joseph Schumpeter, por exemplo.

baseado no conflito quase permanente ajudava a fidelizar parte considerável de seu eleitorado e, de outro, de que esse quadro propiciava competitividade eleitoral tendo em vista a sua reeleição. Uma aposta na continuidade do método plebiscitário.

UM INVENTÁRIO DA ROTINA DE SURPRESAS: DA EXPECTATIVA DE QUEDA DO PRESIDENTE À SUA CONSOLIDAÇÃO COMO FORÇA POLÍTICA-ELEITORAL

A *anormalidade funcional* do governo Bolsonaro teve o seu sentido intensificado com o advento da crise do coronavírus. Até então, os que acreditavam na incapacidade de sustentação de Bolsonaro tinham poucas razões para se animarem. O presidente seguia determinado na estratégia política adotada desde a pré-campanha eleitoral, quando se formou um movimento de opinião em torno da figura do então deputado federal que o transformou em “mito”. A pregação antissistema e a autoidentificação como uma pessoa mediana, mas autêntica, deram a tônica da formação da imagem do novo líder político nacional.

Passados então mais de um ano e três meses de governo, em que a sua feição foi a de um conflitivismo permanente contra a institucionalidade existente, o quadro político caminhava para sua solidificação quando o presidente se opôs frontalmente à orientação geral para o enfrentamento da Covid-19, intensificando ainda mais o estresse político do país. Afirmou que persistir na estratégia defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e apoiada pela maioria dos atores institucionais levaria o país ao colapso econômico, gerando grave crise social. Essa visão contou com escasso apoio “intelectual”, restringindo-se a alguns empresários de notória simpatia ideológica por Bolsonaro e pastores evangélicos preocupados com os seus bezerros de ouro. Mas a maioria do país, particularmente as classes populares, ficou dividida no embate entre o presidente e a visão majoritária.

A maior parte dos analistas enxergou no movimento do presidente mais um passo em direção ao “isolamento político”. Bolsonaro insistiu no enfrentamento e mobilizou o poder de agenda que o cargo oferece, em pronunciamentos formais e informais, e, principalmente, o “poder da caneta”, que pode ser usado tanto para definir ações como para não tomar decisões e ou dificultar a implementação de decisões tomadas contra sua vontade. Não aderiu ao discurso redistributivista, que advogava ajuda financeira humanitária emergencial aos pobres e iniciativas fiscais compensatórias ao empresariado. Demitiu o

ministro da Saúde e para avançar sobre a PF, no intuito de controlar completamente suas ações, demitiu também o poderoso ministro da Justiça Sérgio Moro⁹.

Diante desta conjuntura surgiram interpretações que levavam à hipótese de uma provável queda de Bolsonaro. As possibilidades giravam em torno de renúncia, impeachment ou “golpe branco”. A possibilidade de renúncia parece fazer sentido somente se as Forças Armadas manifestarem um veto claro ao presidente. Mas se, por um lado, elas não se inclinaram a apoiar um golpe contra a ordem institucional como queria Bolsonaro, por outro, tampouco pretendem abandonar o agente de seu retorno ao centro da vida política nacional desde o fim da ditadura, em meados da década de 1980. Além disso, havia um empecilho sociológico: Bolsonaro contava com o apoio e a simpatia no interior da tropa, militares de baixa patente, e também entre policiais militares e bombeiros¹⁰. Assim, mesmo que a cúpula das Forças Armadas retirasse o apoio ao presidente, não é irrelevante saber até que ponto o Comando controla a massa de subordinados¹¹.

⁹ Bolsonaro, inicialmente, reagiu à proposta de uma ajuda financeira emergencial aos afetados economicamente pela crise sanitária. Fazendo eco à visão de sua equipe econômica, realçava o perigo fiscal que ela representava. O Congresso Nacional, entretanto, ignorou o governo e aprovou um programa de socorro financeiro. O impacto socioeconômico foi logo sentido pela população e sua consequência política positiva aferida, paradoxalmente, por Bolsonaro. Para este desfecho, concorreu a estratégia de comunicação do presidente sobre a crise e o poder de agenda que o regime presidencialista fornece. Atualmente, o governo está consumido por uma disputa entre a equipe econômica, ainda zelosa da ideia obsessiva de “ajuste fiscal”, e o presidente sedento pela manutenção do apoio angariado pela ajuda financeira emergencial.

¹⁰ A relação entre Bolsonaro e as Forças Armadas é um capítulo muito interessante nesse surpreendente processo de ascensão do bolsonarismo. Ao contrário do que muitos supõem, um tanto desavisadamente, os sete mandatos de deputado federal de Bolsonaro não foram marcados por uma atuação apagada, se o avaliarmos de maneira distinta da de uma análise meramente funcionalista acerca da atuação parlamentar. Pelo critério convencional onde o que conta são a aprovação de projetos de lei e a participação destacada em Comissões relevantes dentro da rotina congressual, Bolsonaro foi um fiasco como deputado. Mas se analisarmos a sua atuação como a de um representante de uma ideia, a de que a ditadura militar foi um momento glorioso da história nacional brasileira, a situação muda radicalmente. Afinal, ele foi o único político brasileiro desde meados da década de 1980 a defender, explícita e aguerridamente, teses de direita, combinando acentuado tom reacionário e conservador. Após a morte, em 1995, do jornalista e deputado Amaral Netto, defensor histórico da pena de morte, coube ao ex-capitão empunhar sozinho, usando sua cadeira no Congresso Nacional, a bandeira da extrema-direita. Nesse sentido da ideia de representação, Bolsonaro a cumpriu com enorme denodo.

¹¹ Neste sentido, é importante lembrar que o ex-comandante do Exército, General Vilas-Boas, guindado desde o *impeachment* da então presidente Dilma a uma espécie de dublê de fiador imaginário e comentarista da política brasileira, tenha afirmado que “Bolsonaro não é tutelável”. Ele fez tal afirmação em contexto de cobrança implícita para que as Forças Armadas controlassem o presidente contra sua sanha “antissistema”.

A hipótese do impeachment enfrenta, por enquanto, alguns obstáculos, à luz da experiência brasileira no uso deste dispositivo institucional. O primeiro deles é o requisito da queda no apoio popular ao presidente. Tanto Collor como Dilma experimentaram essa circunstância amarga, que funciona como um sinal à plutocracia para avançar no processo de deposição constitucional. Isso ainda não ocorreu com Bolsonaro, como mostram as pesquisas de opinião e o clima sociopolítico no país, onde se destaca a fragilidade da oposição ao governo. O segundo obstáculo é que nos casos anteriores a crise não envolveu diretamente as Forças Armadas, como agora. O terceiro fator é o contexto da crise mais ampla, de natureza epidemiológica e econômica, no bojo da qual não parece simples — nem mesmo aos membros da elite do poder inclinados a depor Bolsonaro — iniciar um processo que em condições normais já é paralisante¹².

A tese do “golpe branco” resultaria da suposta incompatibilidade entre os limites culturais e cognitivos imputados a Bolsonaro e as exigências pessoais que o exercício da Presidência da República de um país com a complexidade do Brasil acarreta. É uma hipótese já aventada antes do início do governo e função imaginariamente atribuída aos militares. Não se concretizou até agora, muito ao contrário. Bolsonaro tem usado das prerrogativas presidenciais sem nenhuma parcimônia. Demitiu e desautorizou inúmeros auxiliares, inclusive militares. Mas, de fato, quando a crise do coronavírus inicialmente passou a assediar o governo, Bolsonaro deu sinais de desconforto ante desafios à sua autoridade.

Porém, o fato que sugestionou a leitura de que estaria em curso um “golpe branco” contra Bolsonaro, a indicação do ministro da Casa Civil, general Braga Neto, para coordenar as ações do governo frente à crise epidemiológica, parece indicar leitura errada dos analistas. Na verdade, antes da crise atual o governo jamais necessitou de um coordenador de ações estratégicas pelo simples fato de que tais ações não existiam. Nem mesmo a agenda de iniciativas dos ministros Paulo Guedes e Sérgio Moro jamais formou um conjunto alinhado com o presidente e, não poucas vezes, foi sabotada pelo próprio. Diante do novo contexto criado pela crise sanitária, em que exigências de coordenação mínimas, para dentro e para fora do governo, se impuseram independentemente da disposição e aptidão presidencial, a Casa Civil assumiu a tarefa. Mas isso não parece implicar perda de autoridade do presidente, pelo menos tal como ele a compreende.

O estilo de presidência levado a cabo por Bolsonaro contraria diretamente o manual do “bom” político prescrito pela ciência política. Ele aposta na polarização do país em dois

¹² Para uma análise do processo de *impeachment* no Brasil, ver Sallum Jr. (2015), que se debruça sobre a crise e toda a sua dinâmica que levou à remoção de Collor da Presidência da República em 1992.

grandes grupos de opinião: de um lado, os defensores convictos do acerto geral do comportamento beligerante do “mito” (fruto de autêntica inconformidade) e, de outro, os críticos também convictos do despreparo pessoal e da completa inadequação da conduta do presidente (aliando setores de esquerda às vozes inconformadas na opinião publicada do país, formando um sentimento que caracteriza o liberalismo trágico, do tipo que invoca contrastes abstratos como civilização *versus* barbárie). A novidade desestabilizadora representada pela crise do coronavírus reforçou o quadro ao invés de amainá-lo. A convulsão inicial causada pela saída do governo de um poderoso aliado como Sérgio Moro abriu mais uma frente de desgaste, mas sua absorção revelou capacidade de resistência do presidente.

Bolsonaro enfrentou naquele momento o maior teste ao limite de suas forças com a possibilidade de divisão de sua base de apoio e a perspectiva do caos caso a crise engendrada pelo grave problema sanitário saísse do controle. O manejo da conjuntura adversa mostrou aliados importantes como setores de comunicação e igreja que permitiram a ele lutar contra esses flancos, evitando que seus apoiadores pudessem “fraquejar” e abandoná-lo. De outro lado, a hipótese sempre aventada de uma escalada ainda mais autoritária do presidente rumo a um golpe de Estado também não se confirmou. Nem queda nem golpe, e tampouco ajustamento à ordem institucional. A saga plebiscitária segue, mas cada vez mais como um método carente de um objetivo programático.

UMA DEMOCRACIA PLEBISCITÁRIA: A RESPOSTA INSTITUCIONAL DA ESQUERDA AO BOLSONARISMO

A ameaça bolsonarista à democracia deve ser encarada pelos democratas e transformadores como uma oportunidade para reorientar sua relação com a ordem institucional pós-88. O primeiro passo implica a compreensão clara de que parte da vitória eleitoral de Bolsonaro representou um repúdio à incapacidade da “Constituição Cidadã” de melhorar substantivamente a vida da maioria dos brasileiros. Trinta e dois anos são suficientes para enxergar sem anestesia que o Brasil continua sendo país majoritariamente constituído por subcidadãos. Subcidadãos que divergem do que pensa a elite e a classe média “civilizadas” sobre as políticas públicas destinados somente a eles, já que classe média e elite fazem de tudo para fugir daquelas políticas¹³.

¹³ Uma análise abrangente e sofisticada da barafunda do país, focada no descortino de sua organização e funcionamento estrutural e institucional nos últimos 60 anos, que articula as dimensões política, econômica e social, pode ser encontrada no livro *Horizonte do desejo – instabilidade, fracasso coletivo e inércia*

A esquerda, comprometida com o regime democrático e a transformação estrutural, precisa entender que sua principal tarefa é prover habilitação para transformar a experiência rotineira da maioria dos brasileiros, uma mistura de humilhação, bloqueio e batalha. O espírito da ação do Estado junto à maioria deve ser o de ajudar a reagir às circunstâncias, ser agente e ter capacitação para inovar. A massa pobre e trabalhadora até aceita o “pobrismo” típico do redistributivismo marginal como mal menor, mas seu horizonte de expectativas já se transferiu do espírito caridoso do catolicismo para o da autoconstrução individual do pentecostalismo¹⁴.

Nas circunstâncias do Brasil atual, é preciso romper com o até agora inabalável consenso sobre a ordem econômica que acaba unificando os signatários da defesa da ordem pós-88 e o bolsonarismo, apesar de diferenças de ênfases: o não enfrentamento do financismo fiscalista e o disfarce dessa fraqueza que impede o saneamento de nossa crise de financiamento do Estado com o discurso de preocupação social. Nem a gravíssima situação da pandemia serviu para alterar a sensibilidade da elite política, acadêmica e burocrática em relação aos fundamentos institucionais de nossa economia. A solidez do programa econômico do *establishment* pode ser facilmente percebida na concordância entre Paulo Guedes, Rede Globo e boa parte da mídia, Armínio Fraga, ministros do STF, Rodrigo Maia. Até representantes da esquerda convencional, como o Partido dos Trabalhadores, são

social, de Wanderley Guilherme dos Santos, o mais notável cientista político do país. A sua questão central é “como entender a coexistência pacífica de um país que, ao mesmo tempo, se moderniza e enriquece materialmente e dá tratamento relapso a enorme contingente de pobres e miseráveis?” (SANTOS, 2007, p. 9). A originalidade da situação brasileira tem a ver com uma combinação incomum, uma vez que o país experimenta, desde a década de 1930, um processo de “espetacular transformação econômica, invejável presteza na construção de uma comunidade eleitoral depois da II Guerra Mundial e consistente ou mesmo intensificada reprodução de não menos cinematográfico sistema de carências e desigualdades. Contrariando opiniões, o Brasil é um país injusto e, mais do que pobre, parcialmente miserável” (SANTOS, 2007, p. 128).

¹⁴ A partir da década de 1980, o Brasil vem experimentando uma intensa transformação em sua consciência coletiva, ocasionada pelo advento de uma “revolução pentecostal”, cujo epicentro foi inicialmente localizado nas classes populares. Uma de suas consequências é a perda relativa de importância do catolicismo e sua visão de mundo. Do ponto de vista de seu desdobramento político, esse processo foi acompanhado, paralelamente, pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve como uma de suas influências originais ideias advindas da chamada ala progressista da igreja católica. A denúncia e o protesto contra a pobreza e a exclusão sempre tiveram papel central no elo do PT e setores do catolicismo. No início do governo Lula, a principal iniciativa na área social foi o programa Fome Zero, depois incorporado ao programa Bolsa Família. Lula se orgulha de “ter colocado o pobre no orçamento”. Mas a nova consciência moral emergente no país assenta-se justamente na batalha — e não somente em sua administração — contra mazelas como a pobreza. A teologia da prosperidade é sua expressão mais visível e enquanto ideal, mesmo com suas evidentes distorções, choca-se com o “pobrismo”.

atraídos para o consenso pela concessão marginal de cunho “redistributivista”, feita em nome da lógica da compensação em prejuízo da reorganização da estrutura produtora de exclusões¹⁵.

Outra problemática de contornos estruturais é a educação, entendida como preparo efetivo dos brasileiros. É a esfera mais importante pensada no bojo de uma grande virada em termos de projeto de desenvolvimento, que não temos há muito tempo. Mas, para cumprir essa tarefa, o centro da discussão deve se deslocar da ideia de “inclusão” quantitativa num sistema incapaz de ensinar satisfatoriamente para o da reorganização da estrutura institucional que sustenta o sistema, onde a ênfase esteja na qualidade. Ao invés de se preocupar com a demanda, como feito na Nova República, focar na oferta. Essa reorientação tem dois grandes obstáculos: 1) custa muito dinheiro, e nossa elite dirigente não vislumbra apoio a projetos arrojados, como se em matéria de educação o estilo de política pública “redistributivista” pudesse funcionar no Brasil da mesma forma que funciona em países ricos europeus; 2) custa muito conflito político para mudar a estrutura imprestável, enfrentando sindicatos de professores e funcionários que agem em defesa de seus interesses muitas vezes chocando-se aos interesses dos alunos e da sociedade, posicionando-se geralmente contra processos de mudança.

Sem a conexão programática com a maioria, a defesa da democracia como sistema político preferível à ditadura fica muito fragilizada, e a esquerda vira refém do centrismo inconsequente. Ao contrário dos países europeus que ao longo do século XX construíram estruturas institucionais para absorverem a maioria no mundo da produção e da capacitação, podendo na quadra final daquele século e início deste aderir ao redistributivismo marginal como um mal menor, no Brasil a situação é completamente diferente. Logo, não há alternativa para o Brasil enfrentar seus graves problemas fora da transformação estrutural providenciada por mudanças institucionais profundas. Estas mudanças não devem ser confundidas com slogans como “social desenvolvimentismo”, que esconde a realidade de

¹⁵ O amálgama dessa aliança é mais de natureza psicológica do que intelectual, até porque a pandemia forçou reorientação, em sentido oposto ao do consenso, nas políticas econômicas na maior parte do mundo. Mas no Brasil persiste a crença de que experimentar alternativas exige processos para os quais o país não tem preparo nem maturidade, e que, portanto, o mais seguro é fazermos o “dever de casa” sob a orientação cosmopolita das grandes metrópoles, onde está a cabeça de nossas elites. Este sentimento foi acentuado pela experiência negativa do governo Dilma, confundindo sua incapacidade para realizar uma alternativa com a comprovação da inviabilidade de o país reorganizar institucionalmente sua economia de mercado.

não enfrentamento dos problemas sociais e de desenvolvimento¹⁶. Da mesma forma que a defesa de minorias cujas questões e vocabulários são amplamente rechaçados pelos seus supostos beneficiários não deve ser confundida com a agenda transformadora que não temos¹⁷. Tanto o mentiroso “social desenvolvimentismo” como o identitarismo contemporizam com o regime de rentismo “redistributivista” - e seu sócio menor, o corporativismo - que afundou o país na Nova República¹⁸.

A alternativa de Bolsonaro nesses quase dois anos de governo — particularmente até a crise da pandemia — tem sido, na esfera da institucionalidade econômica, o da prática de um neoliberalismo à base da defesa do ajuste fiscal e da desregulamentação do direito do trabalho combinado a uma reforma previdenciária favorável ao patronato e ao alto corporativismo. Mas na dimensão da institucionalidade política, tem ocorrido uma tentativa de ruptura, experimentada a partir de um conjunto de práticas que formam o que podemos definir como um presidencialismo plebiscitário. O seu espírito é o da aproximação máxima entre vontade e poder.

O presidencialismo plebiscitário bolsonarista apresenta quatro componentes fundamentais: 1) centralidade da figura política do presidente, entendido como o agente

¹⁶ O termo social desenvolvimentismo passou a ser usado por simpatizantes dos governos petistas para definir a combinação das políticas econômicas e sociais praticadas por Lula e, principalmente, Dilma (COSTA, 2012, p. 32-34). Expressa uma versão mais fraca e bastante abrandada da lógica redistributivista: aceita o arranjo da relação entre o nosso Estado e a economia, baseada na convivência do rentismo com o corporativismo, e redistribui a sobra dessa apropriação rentista/corporativista por meio de políticas econômicas e sociais compensatórias, como o fortalecimento do mercado interno e transferência de renda, respectivamente. Portanto, o termo sofre uma profunda ressignificação, para fins ideológicos, do que se entende por social e desenvolvimento. Este jogo de palavras sem respaldo na realidade lembra a definição de uma vetusta instituição ligada aos militares no Brasil: a Escola Superior de Guerra (ESG). Como sabemos, a ESG não é uma escola, não é superior e não é de guerra. É, ao contrário, um a espécie de *think thank* de direita voltada à doutrinação ideológica, do tipo que o governo Bolsonaro se diz focado em combater.

¹⁷ Para uma análise da inconsequência política — e eleitoral — da agenda de movimentos identitaristas, tomando como teatro a experiência dos EUA, ver Lilla (2017). Para uma análise referente ao caso brasileiro, ver Gomes (2018). Ambos, Lilla e Gomes, compartilham de uma perspectiva liberal, que não é sensível à discussão indispensável das alternativas institucionais, mas ao menos percebem com muita acuidade o quanto as pautas do identitarismo pavimentam o caminho das guerras culturais que se tornaram o principal veículo da ascensão da extrema-direita contemporânea.

¹⁸ A justaposição entre o rentismo e o corporativismo como a base de um regime que sustenta a “mediocridade” da ordem social brasileira contemporânea é apresentada no ensaio “O Brasil precisa pôr as mãos nas feridas”, do filósofo Roberto Mangabeira Unger, publicado no caderno Ilustríssima do jornal Folha de São Paulo, em 18/10/2015. Em seu livro *Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil*, Unger (2018) aprofunda a crítica ao modelo da Nova República e apresenta uma alternativa programática detalhada, tanto em termos de reorganização institucional quanto do desenho de políticas públicas.

fundamental do sistema porque dotado de legitimidade qualitativamente superior a outros agentes ou instituições; 2) relação direta do presidente com a sociedade ou parte dela, sem mediação do parlamento, entendido como obstáculo à realização da agenda aprovada na eleição; 3) reorganização da burocracia governamental alijando a classe política em favor do estamento militar; 4) cultivo do conflito permanente entre o presidente, com sua visão acerca dos temas e questões (estruturais ou conjunturais), e seus opositores reais ou imaginados, cuja lógica baseia-se na extensão do clima político típico da campanha eleitoral à rotina governamental¹⁹.

As prováveis consequências desse arranjo apontam para o enfraquecimento da ordem democrática. De um lado, há a possibilidade de que o tensionamento institucional resultante do persistente conflito fortaleça sobremaneira o presidente e seu governo, desembocando num golpe de Estado que instaure uma ditadura — embora a conjuntura tenha se tornado totalmente adversa a esse desfecho. De outro lado, há a possibilidade de que o atrito duradouro e tenaz entre o presidente e os outros poderes da república e suas instituições e prerrogativas acabe por enfraquecê-las, sem gerar as condições para um golpe. O resultado é o lento esgarçamento institucional e a relativa baixa produção de decisão efetivamente vinculante — o resultado até aqui do governo Bolsonaro.

O sistema político brasileiro vigente não goza de prestígio com a maioria da população — um dos poucos consensos ainda existentes no país atualmente. A questão é: qual a possibilidade de solução institucional capaz de combinar satisfatoriamente o desejo da maioria de aumentar sua influência nas principais decisões do poder político sem risco de descambar para o autoritarismo? É possível um presidencialismo plebiscitário sem a cepa personalista e autoritária que caracteriza o invocado por Bolsonaro? A resposta é afirmativa. O caráter plebiscitário do presidencialismo pode ter uma lógica profundamente democrática ao romper, a um só tempo, tanto com a natureza inercial do presidencialismo de coalizão, fundada numa sistemática que favorece impasses e acordos que têm significado restrito para

¹⁹ Na grande imprensa muitos articulistas de orientação liberal e centrista tentaram aproximar essa última característica do plebiscitarismo bolsonarista ao lulismo. Argumentam que a prática discursiva baseada na contraposição “Nós contra Eles”, usada pelo líder do PT, é uma versão antecedente das vociferações de radicalização política que tomou conta do país a partir de 2013. Mas a retórica petista logo se continha, formando aquilo que ficou conhecido como o “oxímoro” lulista: “o petismo se especializaria em governar como se fosse Sarney e fazer campanha como se fosse Lênin” (AVELAR, 2018 p. 136). As intenções plebiscitárias do bolsonarismo são muito mais definidas e claras e muito menos dispostas a composições que as do PT, que, a despeito de arroubos antissistema cada vez mais escassos durante seus governos, nunca ameaçou a democracia brasileira.

a maioria da sociedade, como com a perspectiva cesarista do bolsonarismo e sua instabilidade improdutiva.

O cerne desta alternativa plebiscitária descarta um dos principais dogmas da ciência política: a crença numa relação inversa entre conflito (instabilidade) e institucionalização (estabilidade). O institucionalismo conservador supõe que um regime político estável requeira baixa mobilização sociopolítica²⁰. A alternativa proposta parte de premissa oposta, combinando democracia representativa com elementos de democracia direta. O objetivo é alcançar solução rápida dos conflitos entre os poderes, sem custos no atendimento às demandas manifestas da sociedade. O sentido é o da combinação de dois princípios: divisão e concorrência de poderes. O objetivo é a aceleração da política como deseja a maioria da sociedade, mas institucionalizando-a. Supera a escolha entre uma institucionalidade que desinteressa a maioria e o “conflitivismo” infecundo da razão anti ou extrainstitucional típico das esquerdas convencionais e de muitos movimentos sociais²¹.

O arranjo institucional do presidencialismo plebiscitário democrático²² inverte a lógica do constitucionalismo liberal — e conservador. Como? Justapondo dispositivos

²⁰ Aqui o hegelianismo de direita transparece com toda a sua força. O chamado institucionalismo em ciência política é a identificação de instituição com a ideia — e dispositivos dela derivados — de preservação e reprodução da ordem social. Nessa perspectiva conservadora, em seu sentido mais profundo e até heroico, não é vedada a possibilidade de adoção de agendas políticas tidas como progressistas (“inclusão” de minorias, por exemplo), desde que não aventem a possibilidade de transformar a estrutura social e institucional. Esse institucionalismo é tributário de um “imanentismo”, definição desenvolvida por Medeiros (2020) em tese original sobre as premissas filosóficas acerca da institucionalidade.

²¹ A cobertura intelectual mais sofisticada a esse institucionalismo da ciência política é dada por uma teoria política desarmada para refletir sobre instituições e alternativas institucionais, como pode ser facilmente observado no liberalismo igualitário de Rawls e na teoria crítica de Habermas e Honneth, que juntas fornecem o vocabulário e com ele os limites balizadores das discussões nesta área do conhecimento. Essa teoria política aceita a ordem institucional (a forma de mercado e de democracia representativa) característica das sociedades industriais do Atlântico Norte como modelo normativo e se dedica a pensar os meios de atenuar os seus efeitos negativos. Sua sensibilidade histórica e seu horizonte programático estão definidos pela social democracia neoliberal.

²² Max Weber foi um defensor tardio do presidencialismo plebiscitário. No fim de sua vida, suas reflexões políticas sofreram uma sensível reorientação. O centro de suas preocupações políticas sempre foi o parlamento, instituição entendida como capaz de modelar a racionalidade curta das maiorias, ou do “grande número”, como chamou Gramsci. A defesa de uma democracia parlamentar expressava, portanto, um objetivo bem definido, o de se evitar ou amenizar problemas numa democracia de massas. A guinada weberiana rumo a uma democracia plebiscitária, na qual o presidente e sua relação com a maioria através da eleição direta passam a ser o centro da dinâmica institucional, implica a adoção de outra lógica, de natureza positiva: a de solucionar problemas. Trata-se de radical mudança de visão normativa. Os regimes parlamentares se baseiam na concentração do poder na classe política e almejam o esvaziamento dos conflitos para se alcançar soluções consensuais na esfera administrativa. Evitam-se crises ao custo da diminuição da ambição programática do governo. Mas, como para Weber o objetivo

característicos dos regimes presidencialista e parlamentarista. A introdução de regra constitucional que permita tanto ao presidente como ao parlamento convocar, unilateralmente, eleições antecipadas, simultaneamente para ambos os poderes, diante de impasses duradouros acerca de questões programáticas relevantes. Presidente e parlamento poderiam também acordar a convocação de plebiscitos acerca de temas controversos que gerem impasse²³. São soluções que garantem mobilização política institucionalizada da sociedade — e não apenas de parte dela, sob o filtro da representação, seja em modelo liberal ou no supostamente alternativo chamado de deliberacionista.

A crise do modelo atual de democracia requer inovações na maneira de organizar a relação entre a participação política e o poder. A ideia de separação de poderes e o mecanismo de freios e contrapesos não são mais adequados como respostas institucionais para uma circunstância que exige muito mais que a garantia da liberdade associada à propriedade²⁴. Na realidade sociopolítica contemporânea, esse arranjo passou a ser parte do problema. Para que o desejo crescente das majorias de influenciar as decisões não se frustrasse e acabe estimulando a busca de soluções autoritárias, são necessárias duas atitudes. De um lado, abandonar o medo da racionalidade da maioria²⁵. De outro, prover técnicas constitucionais que garantam

mais alto de um sistema político é “garantir a preponderância do político sobre o burocrático e a seleção de líderes políticos capazes” (SELL, 2010, p. 142), entende-se sua mudança de posição.

²³ Um dos argumentos usados para defender o parlamentarismo frente ao presidencialismo é a sua flexibilidade, que estaria na raiz de sua capacidade de evitar crises. Estas, por sua vez, seriam um dos inconvenientes do presidencialismo. Supondo ser a crise um aspecto a dividir os dois sistemas, uma solução razoável é associar ao presidencialismo a característica parlamentarista de inexistência do mandato fixo por meio da introdução de cláusula constitucional de antecipação eleitoral a ser acionada por qualquer um dos poderes, Legislativo ou Executivo. A disponibilidade desse dispositivo teria o condão de diminuir significativamente os potenciais conflitos entre esses dois poderes. Para uma defesa do parlamentarismo não só como opção teórica superior, mas aplicada ao contexto brasileiro, ver Lamounier (1991). O espírito da incorporação do princípio parlamentarista da flexibilidade pelo presidencialismo plebiscitário é, entretanto, totalmente distinto das razões invocadas pelos defensores do parlamentarismo como Lamounier.

²⁴ A crítica ao caráter conservador do sistema de freios e contrapesos do presidencialismo norte-americano, desenhado deliberadamente para desacelerar a política com vistas a se evitar aspirações transformadoras, continua tendo no consagrado capítulo “A democracia Madisoniana”, no livro *Um Prefácio à Teoria Democrática*, de Robert Dahl (1989), uma de suas melhores expressões.

²⁵ Em sociedades com elevado grau de divisão social como a brasileira, a diferença marcante entre classes sociais implica a necessidade do uso de instrumentos analíticos capazes de melhor aferir a relação entre racionalidade, interesse e ideal. As classes populares, por exemplo, agem segundo uma racionalidade cuja expressão não se dá por meio de abstrações conceituais e ideológicas como a maior parte das classes médias e elite. Sua experiência circundada por necessidades concretas imediatas obriga-as a expressar seus interesses e ideais numa semântica vitalista: “O que se mostra aqui, todavia, é que diferentes posições no espaço social não estão apenas relacionadas a diferentes interesses, mas também a diferentes padrões de racionalidade e de significação do mundo social” (ROCHA, 2020, p. 94).

sua máxima expressão institucionalizada²⁶. As melhores opções institucionais são sempre aquelas que observam atentamente a relação de seu conteúdo com seu contexto de aplicação.

O Brasil não fica bem em figurinos desenhados por franceses ou norte-americanos, mesmo que geniais como Montesquieu ou Madison. Parece ter chegado a hora de assumirmos, enfim, a tarefa de imaginar e transformar as nossas instituições como sempre quis a melhor cepa do pensamento brasileiro, o construtivismo institucional. Essa tradição intelectual teve desde sempre como foco de atenção analítica o processo de constituição da nação. Sua base metodológica parte da crítica e da superação do colonialismo mental, o que implica centrar fogo na compreensão da relação entre ideias e instituições em uma sociedade ainda subdesenvolvida. Mas sem se render à compreensão da realidade institucional apelando ao uso de categorias da teoria social como capitalismo, entendido como uma metaestrutura. No passado, o seu programa político-institucional destacava a anterioridade das liberdades civis em face das liberdades políticas como condição para a reorganização do capitalismo brasileiro. Hoje, a democratização socioeconômica, que só pode ser alcançada com transformação da estrutura social e institucional, é sua agenda prioritária. O presidencialismo plebiscitário democrático parece ser o melhor sistema de governo para prover os meios dessa virada na vida brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de Coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo, Cia das Letras, 2018.

ARRETCHE, Marta., MARQUES, Eduardo., FARIA, Carlos. Aurélio Pimenta. *As Políticas da Política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

AVELAR, Idelber. O oxímoro lulista e a implosão da esquerda. Rio de Janeiro, *Insight Inteligência*, No. 83, 2018.

CEIA, Marcos. *A CLT 70 anos depois. O Direito do Trabalho entre dois espíritos do capitalismo*. Niterói, Dissertação de Mestrado em Ciência Política - UFF, 2015.

²⁶ Sell (2010, p. 143), referindo-se ao motivo da defesa feita por Weber do presidencialismo plebiscitário, afirma: “A racionalidade do sistema é transferida para a figura do Presidente e a democracia plebiscitária, de tom antes completamente negativo, ganha contornos positivos. Essa mudança valorativa, contudo, não envolve uma redefinição da tese da emotividade da vontade popular. O que ocorre é uma reavaliação do mecanismo capaz de conferir racionalidade à participação das massas derivada de sua incorporação à democracia mediante a expansão do sufrágio eleitoral”. Sell realiza uma competente e precisa exposição conceitual do itinerário da teoria política de Weber, que parte da defesa do modelo parlamentar e passa ao plebiscitário.

- COSTA, Fernando. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Campinas, *Texto para Discussão – Instituto de Economia da Unicamp*, 205, maio de 2012.
- DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- GOMES, Wilson. A esquerda identitária e a satanização da maioria. São Paulo, *Revista Cult*, Novembro de 2018.
- HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência – Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *A Opção Parlamentarista*. São Paulo, Sumaré, 1991.
- LILLA, Mark. O progressista de ontem e o do amanhã — desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo, Cia das Letras, 2017.
- MEDEIROS, Tiago. *Raízes da Institucionalidade: Uma Tipologia Filosófica e uma Contribuição Teórica*. Salvador, Tese de Doutorado em Filosofia – Universidade Federal da Bahia, 2020.
- MOURA, Maurício. e CORBELLINI, Juliano. *A Eleição Disruptiva: Por que Bolsonaro Venceu*. Rio de Janeiro, Record, 2019.
- ROCHA, Emerson. “Atitudes políticas e mundos semânticos: um estudo qualitativo sobre a racionalidade aquém das ideologias políticas”, *Revista Civitas*, Porto Alegre, Vol. 20, No. 1, Janeiro-abril de 2020.
- SALLUM JR., Brasília. *O Impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise*. São Paulo, Editora 34, 2015.
- SANTOS, Wanderley. G. *Horizonte do desejo – instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.
- SELL, Carlos. “Max Weber: Democracia parlamentar ou plebiscitária?”, *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, Vol. 18, No. 37, Outubro de 2010.
- UNGER, Roberto M.. *Depois do Colonialismo Mental – Repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

Carlos Sávio G. Teixeira

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF).